

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF INDIA

Ministry of Steel, Mines and Metals

(Deptt. of Mines and Metals)

Office of the Controller of Mining Leases,
Goa, Daman and Diu

Order

CML-24/69

These are 35 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s. S. Kantilal & Co., Margao.

(Tradução)
GOVERNO DA INDIA

Ministério de Aço, Minas e Metais

(Departamento de Minas e Metais)

Repartição do Controlador de Arrendamentos
de Minas de Goa, Damão e Diu

Portaria

CML-24/69

Estes são os 35 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à M/s. Kantilal & Co., Margão.

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Área em hectares
1.	Z-24	3 of 13-6-1949 T. T. 4-11-1949	Fer/Mang.	Salauli	99.7319
2.	Z-37	16 of 23-12-1949	Iron	Sancordem	85.2900
3.	Z-44	5 of 23-1-1950	Fer/Mang.	Villiena	100.0000
4.	Z-98	17 of 2-3-1951	— Do —	Netorlim	44.0750
5.	Z-146	66 of 14-12-1951	— Do —	Maina	99.0812
6.	Z-147	67 of 14-12-1951	— Do —	Rumadem	56.4370
7.	Z-151	1 of 4-1-1952 T. T. 30-9-1961	— Do —	Molcornem	80.7500
8.	Z-154	4 of 1-2-1952	— Do —	Sancordem	73.8000
9.	Z-167	17 of 29-2-1952	— Do —	Villiena	94.9000
10.	Z-168	18 of 29-2-1952	— Do —	Villiena	74.6500
11.	Z-200	50 of 2-6-1952 T. T. 28-8-1961	— Do —	Niquinim	48.2000
12.	Z-210	60 of 18-7-1952	— Do —	Curdi	78.6250
13.	Z-211	61 of 18-7-1952 T. T. 22-2-1959	— Do —	Bati-Cumbari Villiena	50.8200 79.5000
14.	Z-246	96 of 14-11-1952	— Do —	Vadem & Sigonem	30.5840
15.	Z-288	35 of 15-5-1953 T. T. 8-8-1954	— Do —	Netorlim	22.2000
16.	Z-323	70 of 31-7-1953	— Do —	Cumbari	60.1920
17.	Z-441	43 of 6-12-1954	— Do —	Nanora de Latam- barcem	98.8600
18.	Z-442	44 of 6-12-1954	Iron		
19.	Z-475	28 of 16-7-1954	Fer/Mang.	Sancordem	97.2830
20.	Z-494	5 of 8-2-1956	Iron	Bati	99.9900

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Área em hectares
21.	Z-495	6 of 14-3-1956 T. T. 7-11-1958	Fer/Mang.	Bati	65.0000
22.	Z-519	29-A of 22-8-1966	Iron	Bati	98.3150
23.	Z-520	30 of 22-8-1956	Iron	Bati	100.0000
24.	Z-526	36 of 29-8-1956	Iron	Talnali, Cumbari e Bati	97.9400
25.	Z-539	49 of 19-12-1956	Iron	Bati	98.7000
26.	Z-572	31 of 12-8-1957	Iron	Cumbari	98.3600
27.	Z-573	32 of 12-8-1957	Iron	Bati	116.7720
28.	Z-591	50 of 14-10-1957	Fer/Mang.	Dongor	97.2800
29.	Z-653	49 of 12-9-1958	Iron	Bati	83.2180
30.	Z-709	29 of 29-6-1959	Iron	Calem	100.0000
31.	Z-741	62 of 28-9-1959	Iron	Salauli	87.2000
32.	Z-744	69 of 28-9-1959	Iron	Curdi	97.3000
33.	Z-747	68 of 28-9-1959	Iron	Cumbari	23.0200
34.	Z-769	5 of 29-1-1960	Iron	Salauli	94.5200
35.	Z-784	20 of 17-6-1960	Iron	Bati	108.6452

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Lease (Modification of Terms) Rules, 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Lease and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sub-lease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines. The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «Mining Concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa, dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários, mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act), 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act, define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3 (d) «explorações mineiras» significam quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuserem.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos

beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it uses the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law Concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases, mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provision of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall, as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those Leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the leases to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining lease can be granted.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the existing mining leases would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

jázigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são, na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos, etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador de modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or Concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent shall be payable at the rate of Rs. 25/- per annum, from 15th January, 1966 in all the cases.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) The area exceeding ten square miles shall be surrendered. The Lessee shall submit a statement within 15 days mentioning the leases which he wants to surrender and in default suitable orders cancelling the leases will be passed.
- 8) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 9) This order shall not apply to Coal and other minor minerals.
- 10) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

Order
CML-Z-26/69

These are 30 cases for modification of terms of the mining leases held by M/s. Chowgule and Company (P) Ltd., Mormugao Harbour, Goa.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa deverá ser paga a razão de Rps. 25/- por ano, desde 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a este minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957» e das portarias e despachos publicados pelo Governo da India, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Deverá-se fazer a entrega da área excedente a dez milhas quadradas. O arrendatário deverá prestar uma declaração, dentro de 15 dias, mencionando os arrendamentos de que deseja fazer a entrega, na falta da qual, serão expedidas ordens cancelando os arrendamentos.
- 8) Determina-se que a presente portaria seja publicada no Boletim Oficial, e de que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 9) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 10) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 30 de Janeiro de 1969.

Portaria
CML-Z-26/69

Estes são os 30 casos para modificação das condições dos arrendamentos de minas, pertencentes à M/s. Chowgule and Company (P) Ltd., Mormugão Harbour, Goa.

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Área em hectares
1.	Z-26	5 of 8-7-1949 T. T. 22-2-1959	Iron	Sirigao	99.7500
2.	Z-34	13 of 18-11-1949 T. T. 22-10-1954	— Do —	Mahem	96.8454
3.	Z-43	5 of 13-1-1950	Fer/Mang	Gautona	50.6500
4.	Z-60	21 of 5-5-1950	— Do —	Vichundrem	51.3287
5.	Z-61	22 of 5-5-1950	Iron	Costi	62.7457
6.	Z-118	38 of 20-4-1951	Iron	Costi	100.0000
7.	Z-243	93 of 14-11-1952 T. T. 13-10-1959	Fer/Mang	Colomba	74.0050
8.	Z-243	98 of 5-12-1952 T. T. 13-10-1959	Iron	Onda	74.6100

Sr. No. N.º de série	Case No. Caso n.º	Title No. and Date of Lease N.º do título e data do arrendamento	Mineral/s Minério/s	Village Aldeia	Area in hectares Área em hectares
9.	Z-272	19 of 6-3-1953	Fer/Mang	Piliem of Darbandora	100.0000
10.	Z-284	31 of 24-4-1953 T. T. 4-11-1953	Iron	Pale	83.9730
11.	Z-310	57 of 19-6-1953 T. T. 4-11-1953	Fer/Mang	Sulcorna	99.3325
12.	Z-369	116 of 30-10-1953 T. T. 30-9-1960	— Do —	Vagurbem	61.8900
13.	Z-428	30 of 19-4-1954 T. T. 10-12-1954	Iron	Nadora	78.0900
14.	Z-478	31 of 30-7-1955 T. T. 10-10-1956	Iron	Gavanem	98.0800
15.	Z-525	35 of 29-8-1956	Iron	Nadora	97.3040
16.	Z-531	41 of 24-10-1956 T. T. 17-6-1960	Iron/Mang	Ponocem	68.6650
17.	Z-552	12 of 29-4-1957	Iron	Costi e Dudal	20.0000
18.	Z-567	26 of 3-6-1957	— Do —	Xelopo Curado	100.0000
19.	Z-581	40 of 16-9-1957	— Do —	Nudou	80.4600
20.	Z-582	41 of 16-9-1957	— Do —	Molem	99.1400
21.	Z-583	42 of 16-9-1957	— Do —	Tudou	91.4000
22.	Z-655	51 of 22-9-1958	— Do —	Amboli	100.0000
23.	Z-656	52 of 22-5-1958	Iron	Navelim Amona	90.8000
24.	Z-657	53 of 22-9-1958	Iron	Sigao Colem	79.0090
25.	Z-658	54 of 22-9-1958	Iron	Vagurbem	92.4550
26.	Z-674	70 of 24-11-1958	Iron	Sigao	60.5389
27.	Z-675	71 of 28-11-1958	Iron/Mang	Sanvordem	57.1000
28.	Z-676	72 of 28-11-1958	Iron	Maem	96.0000
29.	Z-677	73 of 28-11-1958	Iron	Maem	100.0000
30.	Z-783	19 of 29-4-1960	Iron/Mang	Maem	97.9400

Notices were served on the lessees in which the proposed modifications were mentioned and the Learned Counsel for the lessee argued that the leases are not liable to be modified because firstly his clients are not lessees, but concessionaires and secondly the Mining Lease (Modification of Terms) Rules 1956 (hereinafter called the 'Rules') defines the term 'existing mining lease' as those Mining Leases which were granted before the 25th day of October, 1949, hence the leases which were granted after the 25th October, 1949 cannot be modified.

I have given my anxious and careful consideration to the above points, and, in my view, these contentions have got no force.

The first contention was that the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 (hereinafter called the 'Act') and the Rules do not apply to these cases as these persons are concessionaires and not lessees. In my view this contention has got no force, as we have to look to the pith and substance of the case and not to the form or words which have been used under the Portuguese Law. The Act defines the Mining Lease and Mining operations as follows:

Section 3 (c): «mining lease» means a lease granted for the purpose of undertaking mining operations, and includes a sub-lease granted for such purpose.

Section 3 (d): «mining operations» means any operations undertaken for the purpose of winning any mineral.

These definitions are very wide and include any deed granted for mining operations and the mere fact that under the Portuguese Law they were called mining concessions instead of Mining Leases would not make any difference.

Foram expedidos avisos aos arrendatários, mencionando as modificações propostas e o advogado de defesa dos arrendatários, arguiu que os arrendamentos não estavam sujeitos a serem modificados, em primeiro lugar, porque os seus clientes não eram arrendatários mas concessionários e, em segundo lugar, porque o «Mining Lease (Modification of Terms) Rules», 1956 (referido daqui em diante como «normas») definia o termo «actual arrendamento mineiro» como sendo os arrendamentos de minas concedidos antes de 25 de Outubro de 1949 e, por isso, os arrendamentos de minas concedidos depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados.

Tendo apreciado, cuidadosamente, as alegações acima feitas, sou do parecer que as mesmas não tem força de lei.

A primeira alegação é de que o «Mines and Minerals (Regulation and Development Act», 1957 (referido daqui em diante como «citado Act») e as normas formuladas ao abrigo do mesmo, não tinham aplicação aos casos vertentes porque as partes interessadas eram concessionários e não arrendatários. No meu parecer esta alegação não tem força de lei, porque o presente caso tem de ser encarado a fundo e não simplesmente baseado na forma ou palavras empregadas pela lei portuguesa. O citado Act define o arrendamento e exploração de minas como a seguir se indica:

Artigo 3 (c) «arrendamento mineiro» significa um arrendamento concedido para os fins de se fazer explorações mineiras e inclui um sub-arrendamento concedido para o mesmo fim.

Artigo 3.º (d) «explorações mineiras» significa quaisquer explorações feitas para os fins da extracção de qualquer minério.

Estas definições acima mencionadas são bastante amplas e incluem qualquer título concedido para a exploração de minas e o simples facto de que ao abrigo da lei portuguesa os mesmos eram chamados «concessões de minas» em vez de «arrendamentos de minas» não deve fazer nenhuma diferença.

The concessionaires cannot deny that they are operating the Mines under the deeds called Concessions. It will be significant to note that under the Portuguese Colonial Mining Laws, Mining Concession was defined in almost similar manner and gave the power to the concessionaires to operate the mines.

The relevant definitions read as follows:—

Section I (u): «mining concession» is that which is granted to the manifestor and permits him to explore a mining property and to enjoy thereon all mining rights. It is unlimited in duration as long as the concessionaire complies with the conditions which the law and the title of concession imposed on him.

Section I (v): «Title of Concession»; A document legally establishing a concession.

Article 2 says that the proprietorship of deposits of metals and metaliferous minerals, belongs to the State and such beds cannot be prospected or worked without licence and concession by Government in terms of the present Decree.

Article 9 is very significant to note because it used the word 'Concessionaires or Lessees' of mines. It shows that even under the Portuguese Law concessionaires and Lessees were synonymous.

Article 14 says that the concession of an ore does not imply possession of the surface of the ground in which it is found, but involves for the Concessionaires and the proprietor of the ground certain rights and reciprocal obligations in accordance with the terms of law.

Articles 42, 73 and 91 prescribe the tax etc. which are to be paid by the Concessionaires.

These provisions of the Portuguese Colonial Mining Law clearly show that the concessionaires and Lessees are the same and the difference was only of nomenclature.

I accordingly hold that the Concessions are in essence Leases and as such they can be modified under the Act and Rules.

The second and last point which was urged before me was that according to the Rules the existing mining leases mean a lease executed before the 25th October, 1949 hence the leases or concessions which were executed after the 25th October, 1949 cannot be modified. In my view this contention has also got no force.

It is true that under the Rules 'existing Mining Leases' have been defined as those leases which were executed before the 25th October, 1949 but we have to look to the provisions of Section 16 of the Act which says that all Mining Leases granted in the territory of Goa, Daman and Diu before the commencement of the Act therein shall as soon as may be after the commencement of this Act, be brought into conformity with the provisions of this Act and the Rules made under Sections 13 and 18. The Act was applied to Goa from 1-10-63 hence all the leases or Concessions which were granted before 1-10-1963 are to be brought into conformity with the provisions of the Act and the Rules. It would be significant to note that under Section 16 of the Act all the Mining Leases executed before 1st October, 1963 are to be modified to bring them in conformity with the Act and Rules and there is no rider that only those leases which were executed before the 25th October, 1949 are to be modified.

Section 3 of the Rules provides for the appointment of a Controller of Mining Leases and that appointment has not been challenged. Once a controller of Mining Leases has been appointed he derives his jurisdiction to modify the lease to bring them in conformity with the provisions of the Act and Rules. The main modifications which have been proposed are regarding the period of the lease, the royalty to be paid and the maximum area permissible to one Lessee. All these provisions are found in the Act itself. Section 8 provides for the period for which a lease can be granted. Section 9 fixes the royalty to be paid and Section 6 fixes the maximum area for which a mining leases can be granted.

Os concessionários não podem negar que exploram as minas ao abrigo dos títulos chamados concessões. É de toda a significância notar que ao abrigo da Lei Colonial Portuguesa, uma concessão mineira achava-se definida de maneira quase idêntica e concedia poderes aos concessionários para explorarem as minas.

São seguintes as definições:—

Artigo I (u): «concessão mineira» é aquela que é dada ao manifestante e lhe permite explorar uma propriedade mineira e exercer sobre ela todos os direitos mineiros. Tem duração ilimitada, enquanto o concessionário cumprir as condições que a lei e o título de concessão lhe impuseram.

Artigo I (v): «Título de concessão» — Documento que prova legalmente a concessão.

O artigo 2.º diz que a propriedade dos depósitos de metais e minérios metálicos pertencente ao Estado e os respectivos jazigos não poderão ser pesquisados nem lavrados sem licença e concessão do Governo, nos termos da presente lei.

O artigo 9.º é de toda a conveniência frisar, porque emprega a expressão «concessionários ou arrendatários» de minas. Isto demonstra que mesmo, ao abrigo da lei portuguesa os termos concessionários e arrendatários eram sinónimos.

O artigo 14.º diz que a concessão de um jazigo mineiro não implica a posse da superfície do terreno em que ele se encontra, mas envolve para o concessionário e para o proprietário do solo, direitos e obrigações recíprocas, em harmonia com as disposições que foram legalmente estabelecidas.

Os artigos 42.º, 73.º e 91.º fixam as taxas a serem pagas pelos concessionários.

Estas disposições da Lei Colonial Portuguesa, acima citadas claramente demonstram que os concessionários e arrendatários eram a mesma coisa e que a diferença era apenas de nomenclatura.

Eu, de conformidade, entendo que as concessões são na sua essência, arrendamentos e, por isso podem ser modificadas ao abrigo das existentes leis e normas.

A segunda e última alegação feita é, que de harmonia com as normas, a expressão «actuais arrendamentos mineiros» significa os arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, e que por isso, os arrendamentos executados depois de 25 de Outubro de 1949, não podiam ser modificados. No meu parecer esta alegação, também, não tem força de lei.

É verdade que ao abrigo das normas os «actuais arrendamentos mineiros» acham-se definidos como arrendamentos executados antes de 25 de Outubro de 1949, mas, é necessário referir-se ao disposto no artigo 16.º do citado Act, que diz que todos os arrendamentos mineiros concedidos no território da União de Goa, Damão e Diu, antes da entrada em vigor do mesmo Act, deverão, logo após a entrada em vigor do mesmo Act, ser trazidos de conformidade com as disposições do mesmo Act e das normas formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º. O Act foi tornado extensivo a Goa, a partir de 1 de Outubro de 1963 e, por isso, todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, deverão ser trazidos de conformidade com as disposições do citado Act e normas. Convém frisar que, ao abrigo do artigo 16.º do mesmo Act, todos os arrendamentos mineiros executados antes de 1 de Outubro de 1963, têm de ser modificados para que estejam de conformidade com o citado Act e normas e em nenhuma parte está previsto que somente os arrendatários executados antes de 25 de Outubro de 1949 têm de ser modificados.

O artigo 3.º das citadas normas prevê a nomeação dum controlador de arrendamentos mineiros e ninguém se opôs a essa nomeação. Uma vez que tenha sido nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, é da sua jurisdição modificar os arrendamentos a fim de que os mesmos estejam de conformidade com as disposições do citado Act e normas. As principais modificações que se propõe referem-se ao período do arrendamento, direitos de privilégio a serem pagos e a área máxima que se pode permitir a cada arrendatário. Todas estas disposições estão previstas no próprio Act. O artigo 8.º prevê o período durante o qual pode ser concedido um arrendamento. O artigo 9.º fixa os direitos de privilégio a serem pagos e o artigo 6.º fixa a área máxima que se pode atribuir a um arrendamento mineiro.

The Rules only details the procedure which is to be followed in giving notice etc. and can never over-ride the specific provisions of the Act. Indeed if there is any contradiction between the provisions of the Act and those of the Rules, then the provisions of the Act shall prevail. It is thus clear that once a Controller is appointed, he shall modify the Leases in conformity with the Act and Rules, and the mere fact that the «existing Mining Leases» have been defined to be leases granted prior to 25th October, 1949 does not bar the Controller to modify any lease granted up-to 30th September, 1963 to bring them in conformity with the Act. The position would have been different if the «existing mining leases» would have been defined as leases granted before the 25th October, 1949 in the Act itself.

For the aforesaid reasons, I hold that all the leases or concessions granted before the 1st October, 1963 would be modified in accordance with the modifications proposed in the Notices and the above mentioned Leases shall stand modified as follows:—

- 1) The period of the leases shall be 20 years commencing from 15th January, 1966 in all the cases.
- 2) The dead rent shall be payable at the rate of Rs. 25/- per annum from 15th January 1966, in all the cases.
- 3) The royalty shall be payable in respect of any mineral removed by the Lessees from the leased area after 15-1-66 at the rate for the time being specified in the second Schedule of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 in respect of that mineral.
- 4) The lessee shall also pay, for the surface area used by him for the purpose of mining operations, surface rent and water rate at such rate, not exceeding the land revenue, water and cesses assessable on the land, as may be specified by the State Government.
- 5) The following clause shall be deemed to be inserted in the lease deed and shall form part thereof; «Except for the modifications made by this order, the lease shall be subject to the rules made or deemed to have been made under Sections 13 and 18 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 and orders and Notifications published by the Government of India, from time to time.
- 6) It is further clarified that the royalty, shall be paid in accordance with Section 9 of the Mines and Minerals (Regulation and Development) Act, 1957 instead of according to the stipulations in the lease deed. The royalty, the dead rent, surface rent etc. for the period prior to 15-1-1966 shall be paid as may be determined or ordered by the Government.
- 7) The area exceeding ten square miles shall be surrendered. The lessee shall submit a statement within 15 days mentioning the leases which he wants to surrender and in default suitable orders cancelling the leases shall be passed.
- 8) It is further ordered that this order shall be published in the Official Gazette and copies thereof be sent to the lessee and the State Government.
- 9) This order shall not apply to Coal and other minor minerals.
- 10) The lease is restricted to winning of Iron and Manganese ore only.

This order shall govern all the leases of the aforesaid person and copy of this shall be placed in all the cases.

A. P. Agrawal, Controller of Mining Leases Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

As normas somente indicam, em detalhe, o procedimento a seguir no respeitante aos avisos a serem expedidos etc. e jamais podem ir de encontro com as disposições do Act. Supondo mesmo, que existe qualquer contradição entre as disposições do Act e as disposições das normas, as disposições do Act prevalecerão. Fica assim claramente estabelecido que uma vez que seja nomeado um controlador de arrendamentos mineiros, o mesmo poderá modificar os arrendamentos de conformidade com o Act e normas, e o simples facto de que os «actuais arrendamentos mineiros» que se acham definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, não impede o controlador modificar qualquer arrendamento concedido até 30 de Setembro de 1963, a fim de que o mesmo possa estar de conformidade com o Act. O caso teria sido diferente se os «actuais arrendamentos mineiros» tivessem sido definidos como arrendamentos concedidos antes de 25 de Outubro de 1949, no próprio Act.

Pelas razões acima expostas, sou do parecer que todos os arrendamentos ou concessões concedidos antes de 1 de Outubro de 1963, devem ser modificados de acordo com as modificações propostas nos respectivos avisos e, por isso, os arrendamentos acima mencionados são modificados como a seguir se indica:—

- 1) O período do arrendamento será de 20 anos, a partir de 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 2) A renda fixa deverá ser paga à razão de Rps. 25/- por ano, desde 15 de Janeiro de 1966, em todos os casos.
- 3) Os direitos de privilégio serão pagáveis em relação a cada minério extraído pelo arrendatário da área arrendada, depois de 15 de Janeiro de 1966, na percentagem que presentemente se acha indicada na segunda tabela do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em relação a este minério.
- 4) O arrendatário também pagará pela área superficial por ele utilizada para a exploração da mina, a renda de superfície e a taxa de água segundo a percentagem, não excedendo a contribuição predial e outros impostos pagáveis pelo terreno, que vier a ser indicada pelo Governo Estadual.
- 5) A seguinte cláusula deverá ser acrescentada no contrato do arrendamento e deverá considerar-se como sendo parte do mesmo. «Com excepção das modificações feitas por esta portaria, o arrendamento fica sujeito as normas formuladas ou que se considerem formuladas ao abrigo dos artigos 13.º e 18.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», e das portarias e despachos publicados pelo Governo da Índia, periodicamente.
- 6) Esclarece-se que os direitos de privilégio serão pagos de conformidade com o artigo 9.º do «Mines and Mineral (Regulation and Development) Act, 1957», em vez de serem pagos conforme se acha estipulado no contrato do arrendamento. Os direitos de privilégio, renda fixa, renda de superfície, etc., pelo período anterior a 15 de Janeiro de 1966, serão pagos conforme o Governo determinar.
- 7) Deverá-se fazer a entrega da área excedente a dez milhas quadradas. O arrendatário deverá prestar uma declaração, dentro de 15 dias, mencionando os arrendamentos de que deseja fazer a entrega, na falta da qual serão expedidas ordens cancelando os arrendamentos.
- 8) Determina-se que a presente portaria seja publicada no *Boletim Oficial*, e que cópias da mesma, sejam enviadas aos arrendatários e ao Governo Estadual.
- 9) O disposto nesta não terá aplicação em relação a carvão e outros minérios.
- 10) O arrendamento restringe-se à extracção de minério de ferro e manganês, exclusivamente.

A presente portaria regulará todos os arrendamentos da firma acima mencionada e uma cópia da mesma, deverá ser junta em todos os casos.

A. P. Agrawal, Controlador de Arrendamentos de Minas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 30th January, 1969.

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN AND DIU

Revenue Department

Notification

RD/LND/COM/210/67-69

In the year 1966 Government had, under its Notification No. GAD-B-Misc-127-66 dated 26th July, 1966, appointed a Committee consisting of:—

- 1) Shri P. B. Venkatsubramanian, Law Secretary — Chairman.
- 2) Shri Tito Menezes, Sessions Judge — Member.
- 3) Dr. S. A. Nadkarni, Ex-Secretary (Revenue) — Member.
- 4) Shri Gopal Apa Kamat, Advocate — Member.

to give its recommendations on the following points:—

1) Whether the "zoncars" are entitled to the compensation only to the extent of 13 per cent or to the extent of the value of the full property;

2) In whom does the Comunidade property vest;

3) If the whole of the Comunidade is abolished, what would be the compensation to be awarded.

As the Committee was unable to make any progress in its work till July, 1967, Government re-organised the Committee with Shri Anthony D'Souza the Law Minister as Chairman and the following as members:—

- 1) Shri Gopal A. Kamat, Speaker of the Assembly — Member.
- 2) Shri R. L. Segel, Law Secretary — Member.
- 3) Shri Tito Menezes, Sessions Judge — Member.
- 4) Dr. S. A. Nadkarni, Ex-Secretary (Revenue) — Member.

Subsequently, Shri Tito Menezes was replaced by Dr. Redualdo da Costa, Mayor of Panaji and Shri W. G. Ranadive, Revenue Secretary was appointed a member in lieu of Shri Gopal Apa Kamat.

The reorganised Committee submitted its report to Government on 22-2-1969. In their report the Committee stated that the terms of reference given to the Committee were too narrow and that they prevented the Committee from going into the whole problem of the Comunidades and making its recommendations. The Committee was also unable to express any opinion on the first and the third terms of reference since it felt that the amount of compensation payable would obviously depend on the manner in which the question of payment of compensation arises. The Committee also took cognizance of the fact that the Legislative Assembly of this Territory had recently passed the Goa, Daman and Diu Land Revenue Code Bill which sought to bring about occupancy tenure in the territory. It also took cognizance of land reforms measures which have already taken place in the Daman area of this territory and similar legislation contemplated by Government for the Diu area of this territory.

Considering these developments, the Committee felt that it would not be proper or desirable to consider the problem of Comunidade lands in isolation and that it would be necessary for it to consider them in the light of the land reforms already made in this territory and similar reforms which have taken place in the rest of the country. In conclusion the Committee submitted to Government to enlarge the terms of reference and to permit it to draw up a questionnaire for eliciting public opinion on this subject and to interview persons having definite views on this problem. The Committee recommended that either Government may entrust the wider terms of reference to an altogether new Committee or to the same Committee but after enlarging its membership.

The recommendations made by the Committee have been carefully considered by Government and Government has been in agreement with the views generally expressed by the Committee. Government has, therefore, been pleased to appoint a more broad-based Committee to be called the Land Reforms Committee, under the Chairmanship of Shri Anthony D'Souza, the Law Minister. Shri A. K. S. Usgaonkar, the Minister of State shall be the Vice-Chairman of the Committee. The members of the Committee shall be as follows:—

- 1) Shri R. L. Segel, Law Secretary.
- 2) Shri W. G. Ranadive, Revenue Secretary.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Rendimentos

Despacho

RD/LND/COM/210/67-69

No ano de 1966, o Governo por despacho n.º GAD-B-Misc-127-66, de 26 de Julho de 1966, havia nomeado uma Comissão composta dos seguintes:

- 1) Sr. P. B. Venkatsubramanian, Secretário de Justiça — presidente.
- 2) Sr. Tito Menezes, Juiz das Sessões — vogal.
- 3) Dr. S. A. Nadkarni, ex-secretário (Rendimentos) — vogal.
- 4) Sr. Gopal Apá Kamat, advogado — vogal.

a fim de fazer as suas recomendações sobre os seguintes assuntos:

1) Se os «Zoncars» tinham direito à compensação somente até ao limite de 13 por cento ou até ao limite do valor de toda a propriedade.

2) Em cuja posse devem ficar os terrenos da Comunidade.

3) Se a Comunidade for totalmente extinta qual será a compensação a ser paga.

Como a Comissão não pode fazer qualquer progresso no seu trabalho até Julho de 1967 o Governo reorganizou a Comissão com o Sr. Anthony D'Souza, Ministro de Justiça como seu presidente e os seguintes como seus vogais:

- 1) Sr. Gopal A. Kamat, Speaker da Assembleia — vogal.
- 2) Sr. R. L. Segel, Secretário de Justiça — vogal.
- 3) Sr. Tito Menezes, Juiz das Sessões — vogal.
- 4) Dr. S. A. Nadkarni, ex-secretário (Rendimentos) — vogal.

Posteriormente, o Sr. Tito Menezes foi substituído pelo Dr. Redualdo da Costa Presidente da Câmara Municipal, em Panaji, e o Sr. W. G. Ranadive, secretário de Rendimentos foi nomeado vogal, em substituição do Sr. Gopal Apá Kamat.

A Comissão reorganizada submeteu o seu relatório ao Governo em 22 de Fevereiro de 1969. No seu relatório a Comissão expôs que os assuntos submetidos ao estudo da Comissão eram de âmbito muito estreito e impediam que a mesma entrasse na apreciação de todo o problema das Comunidades e fizesse as suas recomendações. A Comissão também não deu o seu parecer sobre o primeiro e terceiro assunto desde que achou que o montante da compensação a ser paga dependeria obviamente, da maneira em que o pagamento da compensação deveria ser efectuado. A Comissão também tomou conhecimento do facto de que a Assembleia Legislativa deste território recentemente promulgou a lei «Goa, Daman and Diu Land Revenue Code Bill» que visava o título de posse de terreno neste território. A mesma Comissão também tomou conhecimento das medidas de reforma agrária já adoptadas na área de Damão deste território e de legislação similar que o Governo contempla para a área de Dio deste território.

Tomando em consideração estes desenvolvimentos, a Comissão achou que não seria apropriado ou desejável considerar o problema dos terrenos das comunidades isoladamente e que seria necessário considerá-lo à luz das reformas agrárias que já foram adoptadas neste território e reformas similares adoptadas no resto do país. Em suma, a Comissão pediu ao Governo que alargasse o âmbito dos assuntos submetidos à mesma e que a autorizasse a elaborar um questionário a fim de obter a opinião pública sobre o assunto e para poder entrevistar pessoas com pontos de vista definidos sobre o assunto. A Comissão recomendou que o Governo ou poderia submeter os assuntos com âmbito mais largo a uma Comissão totalmente nova ou que poderia submeter esses assuntos à mesma Comissão depois de aumentar os seus membros.

As recomendações feitas pela Comissão foram cuidadosamente apreciadas pelo Governo e o mesmo concorda em geral, com os pontos de vista expressos pela Comissão. O Governo nomeia, por isso uma Comissão de âmbito mais largo a ser designada por Comissão de Reformas Agrárias, sob a presidência do Sr. Anthony D'Souza, Ministro de Justiça. O Sr. A. K. S. Usgaonkar, Ministro do Estado será o vice-presidente da Comissão. Os seguintes serão os vogais da Comissão:

- 1) Sr. R. L. Segel, Secretário de Justiça.
- 2) Sr. W. G. Ranadive, Secretário de Rendimentos.

- 3) Shri Mukund Shinkre.
- 4) Shri Devidass Kudchadker.
- 5) Dr. Alvaro de Loyola Furtado.
- 6) Shri K. B. Naik, M. L. A.
- 7) Shri Gajanan Patil, M. L. A.
- 8) Shri Pandurang Mulgaonkar.
- 9) Prof. R. K. Barve.
- 10) Shri M. S. Prabhu.
- 11) Shri Suryakant Naik.

The Revenue Secretary will also act as the Secretary of the Committee.

The terms of reference of this Committee shall be as follows:—

- 1) What are the various land tenures under which lands are held in the Goa territory and what is the incidence of each such tenure. What are the laws which govern these tenures.
- 2) In view of the passing of the Goa, Daman and Diu Land Revenue Code Bill by the Legislative Assembly and generally to bring about a tenurial reform as has been done in the rest of the country, is it necessary or desirable to abolish these tenures and to convert them into occupancy tenure as provided in the Land Revenue Code.
- 3) As a further step in the matter of land reforms in this territory, is it desirable or necessary to bring the tenants of agricultural lands (excluding lands on which coconuts, arecanuts, cashew or mangoes are grown) into direct relationship with the Government by conferring occupancy rights on them in respect of the lands cultivated by them as tenants.
- 4) If suggestion (2) is to be implemented, in whom should the lands which are useful to the community (such as tanks, protective bunds, roads, nallas, etc) and uncultivated lands be vested? Should they be vested in the Government or the Village Panchayat.
- 5) If suggestion (3) is to be implemented, should the tenants holding land belonging to small land owners be excluded from becoming occupants of such lands or should such owners be given a concessional right to resume land for personal cultivation and after the exercise of such right the occupancy right should be conferred on the tenants in respect of the non-resumable area.
- 6) If suggestions at (2) to (4) above are to be implemented, what should be the quantum of compensation payable for loss of rights of land and what should be the occupancy price to be charged by Government for conferment of occupancy rights.
- 7) Is it necessary or desirable to exclude lands held by the Communities and the religious institutions from the suggestion (2) or (3) or both. If not, is it necessary to provide any special safeguards in their case.
- 8) In the case of lands used for growing of coconuts, arecanuts, cashew or mangoes, should the lands be conferred on occupancy basis as in the case of tenants of paddy lands, on the persons who look after their maintenance, or whether they should be continued with the owners on occupancy basis.
- 9) Whether it is necessary or desirable to impose a ceiling on the extent of agricultural land (including land used for growing of coconuts, arecanuts, cashew or mangoes) which a person can hold in this territory under his personal cultivation. If so, what should be this limit for the various classes of land.
- 10) If suggestion (9) is to be implemented, how should the land in excess of the ceiling limit with any person be disposed of and what should be the compensation payable for such surplus land.
- 11) In order to bring about peasant-proprietorship in this territory, is it desirable to prohibit transfer of land in any manner in favour of a person other than an agriculturist and also to prohibit leasing of land for cultivation except in special circumstances.
- 12) Is it necessary to await the completion of the cadastral survey and the introduction of the Record of Rights in this territory before any of the above suggestions can be implemented by Government.

- 3) Sr. Mukund Shinkre.
- 4) Sr. Devidass Kudchadker.
- 5) Dr. Alvaro de Loyola Furtado.
- 6) Sr. K. B. Naik, M. L. A.
- 7) Sr. Gajanan Patil, M. L. A.
- 8) Prof. Pandurang Mulgaonkar.
- 9) Prof. R. K. Barve.
- 10) Sr. M. S. Prabhu.
- 11) Sr. Suryakant Naik.

O Secretário de Rendimentos será o Secretário da Comissão.

Os seguintes serão os assuntos que competem a Comissão:

- 1) Quais são os diferentes títulos de posse ao abrigo dos quais são possuídos no território de Goa e qual é a incidência de cada um desses títulos? Quais são as leis que governam esses títulos?
- 2) Em vista da promulgação da «Goa, Daman and Diu Land Revenue Code Bill» pela Assembleia Legislativa de Goa e a fim de introduzir em geral, uma reforma sobre títulos de posse como foi feito no resto do país, seria necessário ou desejável abolir esses títulos de posse e convertê-los em títulos de ocupação como se prevê no «Land Revenue Code»?
- 3) Como medida suplementar em matéria de reformas agrárias neste território, seria desejável ou necessário que os arrendatários de terrenos agrícolas (excluindo os terrenos em que se produz cocos, areca, cajú e manga) estivessem directamente relacionados com o Governo conferindo-se-lhes direitos de ocupação em relação aos terrenos cultivados pelos mesmos como arrendatários?
- 4) Se a sugestão n.º (2) é de ser posta em prática em cuja posse devem ficar os terrenos que são úteis à comunidade (tais como reservatórios, valados protectores, estradas, rigueiros, etc.) e os terrenos incultos? Devem os mesmos estar em posse do Governo ou do Panchayat Aldeano?
- 5) Se a sugestão n.º (3) é de ser posta em prática deverão os arrendatários que estão em posse de terrenos pertencentes a pequenos proprietários ser excluídos de virem a ser ocupantes de tais terrenos ou deverá dar-se a esses proprietários o direito concessional de resumir o terreno para o cultivar pessoalmente e após o exercício desse direito deve-se conferir aos arrendatários o direito de ocupação em relação à área não resumível?
- 6) Se as sugestões n.º (2) e (4) são de serem postas em prática qual deverá ser o montante da compensação a ser pago pela perda dos direitos aos terrenos e qual deverá ser o preço de ocupação a ser cobrado pelo Governo para conferir o direito de ocupação?
- 7) Seria necessário ou desejável excluir os terrenos pertencentes às comunidades e instituições religiosas da sugestão n.º (2) ou (3) ou ambas? Caso contrário será necessário providenciar qualquer salvaguarda especial no seu caso?
- 8) Tratando-se de terrenos utilizados para a produção de cocos, areca, cajú e mangas deverão os terrenos ser conferidos à título de ocupação como no caso dos arrendatários das várzeas às pessoas que olham pela sua manutenção, ou deverão os mesmos continuar com os proprietários à título de ocupação?
- 9) Seria necessário ou desejável impor um limite sobre o máximo de terreno agrícola (incluindo o terreno utilizado para a produção de cocos, areca, cajú ou mangas) que um indivíduo pode possuir neste território à título de cultivação pessoal? No caso afirmativo, qual deverá ser esse limite para várias classes de terreno?
- 10) Se a sugestão n.º (9) é de ser posta em prática qual é o destino a ser dado ao terreno em excesso do máximo limite fixado para cada pessoa e qual deverá ser a compensação a ser paga pelo terreno em excesso?
- 11) A fim de que se possa conferir o direito de propriedade aos cultivadores neste território seria desejável proibir a transferência de terreno, seja de que maneira for, em nome de qualquer outra pessoa além do cultivador e também de proibir o arrendamento de terrenos para cultivação excepto em circunstâncias especiais?
- 12) Seria necessário aguardar que se complete o cadastro agrimensário e a introdução do registo de direitos neste território antes que o Governo ponha em prática qualquer das sugestões acima mencionadas?

13) The Committee shall be free to consider any other items connected with the aforesaid terms of reference and make suitable recommendations thereto.

The Committee shall be authorised to draw up a questionnaire for eliciting public opinion. It shall also interview persons desiring to be heard on this problem. If the Committee feels it so necessary, it is authorised to tour other States for having on the spot studies of land reforms conducted in these States. The tour programme should, however, be got approved from Government. The Committee is requested to submit its report before 31st December, 1969.

In order to assist the Committee in the collection of information on the various terms of reference, Government is pleased to give it the assistance of Shri S. K. Gandhe, Evaluation Officer and an U. D. C.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

W. G. Ranadive, Secretary (Revenue).

Panaji, 29th May, 1969.

Directorate of Civil Administration

Notification

Upon opinion of the Disciplinary Board of Goa, confirming the penalty of dismissal proposed by the Inquiry Officer appointed to conduct disciplinary action against him, Zoivonta Xembu Sinai Assoldencar, clerk of the Comunidades of Bali, Adnem and Fatorpa, is hereby dismissed from the service under sub-clause no. 9, of clause 354 of E. F. U.

D. N. Barua, Collector and D. C. A.

Panaji, 29th April, 1969.

Food and Civil Supplies Department

Order

14-6-68-FCS(EDN).

Read: Government order no.14-6-68-FCS(EDN), dated 11-2-1969, appointing Shri Joseph Aristides Varela as a Deputy Inspector of Schools in the Directorate of Education, Panaji.

On the recommendation of the Union Public Service Commission, Shri Joseph Aristides Varela is appointed to the post of Deputy Inspector of Schools carrying the scale of pay of Rs. 425-25-500-30-680. His initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:

1. The Union Public Service Commission have recommended that the initial pay may be fixed under the Rules. Taking into account the previous service rendered by Shri Joseph A. Varela in the post during his appointment on ad-hoc basis, his initial pay is fixed at Rs. 560/- (Rupees five hundred and sixty only) from 7-12-1968. The next increment will be admissible on 7-11-69.

2. The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Government of India, Ministry of Finance, Department of Expenditure, Office Memorandum no. F.2(46)-E.III(A)60(Pt. II of 1966) dated 7th February, 1968 as amended from time to time.

3. This issues with the concurrence of Finance Department vide U. O. no. Fin(E)/2376/69, dated 2-5-69.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 6th May, 1969.

13) A Comissão poderá considerar quaisquer outros pontos relacionados com os referidos assuntos e fazer recomendações apropriadas.

A Comissão é autorizada a elaborar um questionário a fim de obter a opinião pública. A mesma também entrevistará as pessoas que desejam ser ouvidas sobre o assunto. Se a Comissão achar necessário, é a mesma autorizada a deslocar-se a outros Estados para um estudo, in loco, das reformas agrárias introduzidas nesses Estados. O programa do tour deve, porém, ser aprovado pelo Governo. A Comissão deverá submeter o seu relatório antes de 31 de Dezembro de 1969.

A fim de ajudar a Comissão a coligir dados sobre os vários assuntos submetidos ao seu estudo, o Governo põe à disposição da mesma os serviços do Sr. S. K. Gandhe, «Evaluation Officer» e um «U. D. C.».

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

W. G. Ranadive, Secretário (Rendimentos).

Panaji, 29 de Maio de 1969.

Direcção dos Serviços de Administração Civil

Despacho

Segundo o parecer do Conselho Disciplinar de Goa, confirmando a penalidade de demissão proposta pelo «Inquiry Officer» nomeado para organizar o processo disciplinar, Zoivonta Xembu Sinai Assoldencar, escrivão das comunidades de Bali, Adnem e Fatorpá, é demitido do serviço ao abrigo da alínea 9.ª do artigo 354.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino.

D. N. Barua, Collector e D. C. A.

Panaji, 29 de Abril de 1969.

Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

14-6-68-FCS(EDN)

Ref: Portaria n.º 14-6-68-FCS (EDN) de 11 de Fevereiro de 1969, nomeando o Sr. Joseph Aristides Varela, inspector adjunto de escolas da Direcção dos Serviços de Instrução em Panaji.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, o Sr. Joseph Aristides Varela, é nomeado inspector adjunto de escolas com a escala de vencimento de Rps. 425-25-500-30-680. O seu vencimento inicial na escala é fixado como a seguir se indica.

1. A Comissão de Serviço Público da União, recomenda que o seu vencimento inicial seja fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pelo Joseph A. Varela, no lugar durante a sua nomeação provisória, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 560/- (quinhentas e sessenta rupias) a partir de 7 de Dezembro de 1968. O próximo aumento será admissível em 7 de Novembro de 1969.

2. A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas por F. R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando do Departamento de Despesa do Ministério de Finanças n.º F.2(46)-E.III(A)60(Pt. II de 1966) datado de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações que sofrer periodicamente.

3. A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento de Finanças, dada por nota n.º Fin (E)/2376/69, de 2 de Maio de 1969.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 6 de Maio de 1969.

Order

13-5-69-FCS(EDN)

- 1. Shri M. Ramakrishnan, a candidate recommended by the Union Public Service Commission, is hereby temporarily appointed as an Assistant Lecturer in Electrical Engineering in the Government Polytechnic, Panaji, in the scale of Rs. 375-25-500-30-590-EB-30-650, plus the usual allowances admissible as per rules from time to time, with effect from the date of his taking charge, until further orders.
- 2. His initial pay is Rs. 375/- (Rupees three hundred and seventy five only) per month as per the recommendation of Union Public Service Commission contained in their letter no. F.1/10/69-RF, dated 31st January, 1969.
- 3. The appointment is subject to the conditions laid down in this Office Memorandum no. 13-5-69-FCS(EDN), dated 24/2/69 and the rules and regulations laid down by the Government from time to time.
- 4. The appointment is on probation. The period of probation will be two years.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).
Panaji, 9th May, 1969.

Public Works Department

Notification

PWD/LA/1258/36/69

Whereas by Government Notification No. PWD/LA/57/68 dated 9-12-68 published on page 333 of Series II, No. 39 of the Government Gazette, dated 26-12-68 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz for expansion of Workshop of Works Division IV, at St. Inez.

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») is satisfied that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provision of section 6 of the said Act that the said land is required for public purpose specified above.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Sub-Divisional Officer, North Sub-Division, Panaji to perform the functions of the Collector for all proceedings hereinafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Sub-Divisional Officer, at Panaji.

SCHEDULE—QUADRO

Taluka.	Village	Plot No.	Survey No.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
				Name of the person believed to be interested	
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadastro n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproxi- mada em m²
				Nome da pessoa que se presume ser interessada	
Goa	Panaji	1	—	Shri Akbar Ali Veljee	2640.00
		2	—	Shri Pedrinho Barreto (Baker)	404.00
Total					3044.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Balcrishna R. Naique, Principal Engineer, P. W. D. and Ex-Officio Addl. Secretary to the Government.

Panaji, 16th May, 1969.

Portaria

13-5-69-FCS(EDN)

- 1. O Sr. M. Ramakrishnan, candidato recomendado pela Comissão de Serviço Público da União, é nomeado, temporariamente, leccionador assistente de engenharia eléctrica da Politécnica do Governo, em Panagi, na escala de Rps 375-25-500-30-590-EB-30-650, acrescida dos subsídios admissíveis segundo as normas, periodicamente, a partir da data em que tome posse e até ordens ulteriores.
- 2. O seu vencimento inicial será de Rps. 375/- (trezentas e setenta e cinco rupias) por mês segundo a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, contida na nota n.º F.1/10/69-RF, de 31 de Janeiro de 1969.
- 3. A nomeação está sujeita às condições constantes do memorando n.º 13-5-69-FCS(EDN) de 24 de Fevereiro de 1969, e às normas e regulamentos formulados pelo Governo, periodicamente.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).
Panagi, 9 de Maio de 1969.

Serviços das Obras Públicas

Despacho

PWD/LA/1258/36/69

Atendendo a que por despacho n.º PWD/LA/57/68 de 9 de Dezembro de 1968, publicado à pgs. 333 do Boletim Oficial n.º 39, 2.ª série, de 26 de Dezembro de 1968, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «Citado Act»), que o terreno descrito no quadro anexo ao mesmo despacho (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para os fins do alargamento de Garage da Secção das Obras IV, em Santa-Inês.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro a este anexo tem de ser adquirido para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o oficial sub-divisional da sub-divisão do norte, de Panagi, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina, ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido oficial sub-divisional, em Panagi.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

Balcrishna R. Naique, Engenheiro-Chefe dos Serviços das Obras Públicas e Secretário Adicional ex-officio do Governo.

Panagi, 16 de Maio de 1969.

Principal Engineer's Office

Repartição do Engenheiro-Chefe

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

No. PWD/LA/1258/32/69. — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz for Widening of Apeval-Savoi-Verem Road via Keri.

N.º PWD/LA/1258/32/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno especificado no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins do alargamento da estrada Apeval-Savoi-Verem, via Querim.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

Torna-se público ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como citado Act) que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem autorização do Collector, nomeado no § 4.º abaixo, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado oportunamente no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Dy. Collector, South Sub-Divn. Margao, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o Collector adjunto da Sub-divisão do sul, em Margão, para exercer as funções de Collector em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do referido Act, as seguintes entidades oficiais a exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação do aludido terreno:

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Deputy Collector South Sub-Division, Margao.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division II, PWD, Panaji.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. Collector adjunto da sub-divisão do sul, Margão.
3. Director de Agrimensura, Panaji.
4. Engenheiro executivo da Secção de Obras II, dos Serviços das Obras Públicas, Panaji.

A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Dy. Collector South Sub-Division for a period of 30 days from the date of this Notification.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido Collector adjunto da sub-divisão do sul, pelo período de 30 dias, contados da data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate Area in Sq. mts.
				Name of the person believed to be interested	
Concelho	Aldeia	Cadastro N.º	Terreno n.º	Descrição do aludido terreno	Área aproximada em m²
				Nome da pessoa que se presume ser interessada	
Ponda	Apeval-Keri			A strip of land known/believed to be held by: —	
			1	Shri Mudhukar Vaidya & other Keri	6820.00
			2	Comunidade of Keri	125.00
			3	Shri Baban Mahadeo Desai, Keri	60.00
			4	Comunidade of Keri	4560.00
			5	Shri Vaman Kudaiker, Kundai	80.00
			6	Shri Anant Kerikar, Keri	30.00
			7	Comunidade of Keri	6450.00
			8	Shri Madhukar Vaidya and others Keri	1535.00
					19660.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.
Panaji, 14th May, 1969.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.
Panaig, 14 de Maio de 1969.

Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)

«Land Acquisition Act 1894 (Act 1 of 1894)»

PWD/LA/1258/34/69 — Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz for construction of Quepem-Ambaulim Road.

PWD/LA/1258/34/69 — Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «adudido terreno») é de utilidade pública para os fins da construção da estrada Quepém-Ambaulim.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above:

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by the officer assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in the due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be duly notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji, to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Land Acquisition Officer, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Executive Engineer, Works Division, VI, PWD, Margao.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the abovesaid Land Acquisition Officer, for a period of 30 days from the date of this Notification.

Torna-se público, ao abrigo da alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector, nomeado no § 4.º a seguir, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do referido Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado na devida altura, no *Boletim Oficial*.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», de Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. Land Acquisition Officer, Panaji.
3. Director de Agrimensura, Panaji.
4. Engenheiro executivo da Secção de Obras VI, dos Serviços das Obras Públicas, de Margão.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer» Panaji, pelo período de 30 dias, contado a data deste despacho.

SCHEDULE — QUADRO

Taluka	Village	Survey No.	Plot No.	Description of the said land	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Cadastro n.º	Terreno No.	Names of the persons believed to be interested	Area aproximada em m.
1	2	3	4	5	6
Quepem	Quepem	—	2	Shri Alberto de Silva, Quepem	149.25
		—	3	Municipality Land, Quepem	812.00
		—	4	Shri Camilo Mascarenhas, Quepem	325.25
		—	5	Shri Zaivant Sinai Malcornekar, Quepem	323.00
		—	6	Shri Minguel Fernandes, Quepem	368.25
		—	7	Shri Kantaram Folo Dessai, Quepem	443.50
		—	8	Premancial of Goa Palace of the Deao, Quepem	3787.62
		—	9	— Do —	2908.85
		—	10	Shri Pandari Bisro Naik, Quepem	166.00
		—	11	Shri Govind Ramchandra Borkar, Quepem	142.50
		—	12	Shri Albano Barreto, Quepem	223.25
		—	13	Premancial of Goa Palace of the Deao, Quepem	1227.25
		—	14	— Do —	1160.00
		—	15	Shri Fanchu Furtado, Navelim Salcete	1863.40
		—	16	— Do —	6267.75
		—	17	Premancial of Goa Palace of the Deao, Quepem	7114.85
		—	18	— Do —	7205.92
		—	19	Shri Kanta Rege, Quepem	912.25
		—	20	— Do —	1105.50
		—	21	Shri Shaik Abdul Rehman & Shaik Abdul of Quepem	1723.00
		—	22	— Do —	1355.45
		—	23	Shri Sadnand Sonu Naik, Margao	1872.90
		—	24	— Do —	1883.00
		—	25	Shri Jaganath Vasu Keni, Margao	775.80
		—	26	Shri Jaganath Vasu Keni, Margao	992.75
		—	27	Shri Atmaram Palandikar, Margao	4163.28
		—	28	— Do —	2721.49
		—	29	Shri Anton Jose Fernandes, Quepem Ambaulim	249.50
		—	30	Engineer Bernadino Camilo da Costa Campal, Panaji	2239.62
		—	31	Shri Minguel Joao Camil, Ambaulim	280.25
		—	32	Shri Anton Piedade, Ambelim, Quepem	189.00
		—	33	Shri Rosario de Costa, Ambelim	272.00
		—	34	Smt. Laximibai Kurtadker, Ambelim	221.00
		—	35	Shri Custodio Gonsalves, Ambelim	340.00
		—	36	Shri Mukund Pai Naik Dessai, Ambelim	162.00

1	2	3	4	5	6
Quepem	Quepem	---	37	Shri Anteu Piedade Rodrigues, Ambelim	588.00
		---	38	Shri Anant Vaman Bale, Ambelim	1316.63
		---	39	Shri Cristov Furtado, Chinchinim	2119.22
		---	40	Shri Atmaram Palandikar, Margao	4716.28
		---	41	Shri Atmaram Palandikar, Margao	1951.20
		---	42	Shri Cristao Furtado Chinchinim	2905.36
		---	43	Shri Xavi Ram Karmodker, Ambelim	5061.32
					74605.44

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 14th May, 1969.

Development Department 'A'

Notification

CDB/Coop/1171/68-69

Ref: 1. Govt. Notification no. CDB/Coop/1171/68-69-A dated 26-2-69.

2. Govt. Notification no. CDB/Coop/1171/68 dated 23-4-1969.

In exercise of the powers conferred by Sub-section 2 of Section 13 of the Maharashtra Agricultural Produce (Regulation) Act, 1963, as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, the Administrator of Goa, Daman and Diu, hereby nominates the following persons as the Chairman, Vice-Chairman and members to constitute the Goa Agricultural Produce Market Committee for the period of two years to operate in the District of Goa as Market Area:

First Goa Agriculture Produce Market Committee

(a) Producers' representatives:

1. Shri Leo Velho, M. A., L. L. B. Bar. at Law Margao, — Chairman.
2. Shri Pratapsing Rane, Sanquelim-Goa — Vice-Chairman.
3. Dr. Jonnie Antao, Chandor, Salsete-Goa — Member.
4. Shri G. D. Vaidya, Keri-Ponda, Goa — Member.
5. Shri Keshav Janardan Desai, Paikul, Satari — Member.
6. Shri Ganpatrao S. V. Desai, Lamgao-Bicholim — Member.
7. Shri Vasant Narayan Bhate, Narve-Bicholim — Member.

(b) Traders' representatives:

1. Shri Vaikunth P. Keni, Coconut Trader Margao — Member.
2. Shri Narayan Krishna Mungi, Supari Trading Corporation, Ponda-Goa — Member.
3. Shri Vassudeo Janardan Sadekar, Cashew Trader, Sanquelim — Member.

(c) Representatives of Cooperative Marketing Society:

1. Dr. Santaba Jivaji Kundaikar, Kundai-Ponda, Chairman, Central Supari Cooperative Society, Ponda-Goa — Member.

(d) Representative of Panchayat in the market area:

1. Mrs. Irene L. Barros, Sarpanch of Betaibatim Village, Salsete-Goa — Member.

(e) Local authorities:

1. Advocate Mukund Sinkre, President of Salsete Municipality — Member.

(f) Government Nominee:

1. Marketing Inspector, Marketing Wing of Cooperation Department, Panjim — Member.

(g) District Agricultural Officer:

1. Zonal Agricultural Officer — Margao.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

S. N. Dhumak, Under Secretary (CD).

Panaji, 9th May, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panagi, 14 de Maio de 1969.

Departamento de Fomento 'A'

Despacho

CDB/Coop/1171/68-69

Ref: 1. Despacho n.º CDB/Coop/1171/68-69-A, de 26 de Fevereiro de 1969.

2. Despacho n.º CDB/1171/68 de 23 de Abril de 1969.

No uso das faculdades conferidas pela alínea 2.ª do artigo 13.º do «Maharashtra Agricultural Produce (Regulation) Act, 1963» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, o Administrador de Goa, Damão e Dio, nomeia os seguintes indivíduos presidente, vice-presidente e vogais da comissão encarregada da compra e venda do produto agrícola de Goa, por período de dois anos, para funcionar no distrito de Goa, como área comercial:

Primeira comissão encarregada da compra e venda de produto agrícola, em Goa

(a) Representantes dos produtores:

1. Sr Leo Velho, M. A. L. L. B. Bar at Law, Margão — presidente.
2. Sr. Pratapsing Rane, Sanguelim, Goa — vice-presidente.
3. Dr. Jonnie Antão, Chandor, Salcete, Goa — vogal.
4. Sr. G. D. Vaidya, Querim, Pondá, Goa — vogal.
5. Sr. Keshav Janardan Desai, Paikul, Satari — vogal.
6. Sr. Ganpatrao S. V. Desai, Lamgão, Bicholim — vogal.
7. Sr. Vasant Narayan Bhate, Narve, Bicholim — vogal.

(b) Representantes dos comerciantes:

1. Sr. Vaikunth P. Keni, comerciante de côcos, Margão — vogal.
2. Sr. Narayan Krishna Mungi, Supari Trading Corporation, Pondá, Goa — vogal.
3. Sr. Vassudeo Janardan Sadekar, comerciante de castanha de cajú, Sanquelim — vogal.

(c) Representante da Sociedade Cooperativa de Compra e venda:

1. Dr. Santabá Jivaji Kundaikar, Cundaim, Pondá, presidente da Central Cooperative Society, Pondá, Goa — vogal.

(d) Representante do Panchayat na área comercial:

1. Sra. Irene L. Barros, presidente do Panchayat Aldeano de Betaibatim, Salcete, Goa — vogal.

(e) Autoridades locais:

1. Advogado Mukund Sinkre, presidente da Câmara Municipal de Salcete, Goa — vogal.

(f) Representante do Governo:

1. «Marketing Inspector, Marketing Wing of Cooperation Department», Panagi — vogal.

(g) Oficial Agrícola do Distrito:

1. Zonal Agricultural officer — Margão.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Dio.

S. N. Dhumak, Subsecretário (CD).

Panagi, 9 de Maio de 1969.